

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE MEDICINA  
DEPARTAMENTO DE MEDICINA SOCIAL

LETÍCIA SIMON

**EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NOS SERVIÇOS  
SOCIOASSISTENCIAIS: UMA ANÁLISE CRÍTICA**

Porto Alegre

2015

LETÍCIA SIMON

**EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NOS SERVIÇOS  
SOCIOASSISTENCIAIS: UMA ANÁLISE CRÍTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Especialização em Saúde Pública da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Saúde Pública.

Orientadora: Prof. Dra. Maurem Ramos

Porto Alegre

2015

## RESUMO

A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) tem importante papel na promoção da saúde por meio da mudança do comportamento alimentar. Diante disso, vem sendo incorporada como estratégia nas políticas públicas brasileiras de diversos setores, entre eles a Assistência Social. Os serviços socioassistenciais visam à redução de riscos e vulnerabilidade, bem como a promoção de direitos, configurando-se em espaços com potencial para o processo educativo. O presente trabalho teve como objetivo analisar criticamente os Cadernos sobre Educação Alimentar e Nutricional voltados aos serviços socioassistenciais publicados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), de modo a verificar a responsabilidade da execução das ações propostas e a adequação do conteúdo teórico-metodológico apresentado. Após análise dos Cadernos (teórico e de atividades) verificou-se que em sua redação a publicação traz algumas falhas com relação à norma escrita e ao uso de referências. Sobre a responsabilidade pela execução das ações, a publicação não indica qual o profissional responsável. Do ponto de vista do conteúdo teórico, observou-se que os textos trazidos no Caderno Teórico podem ser insuficientes para embasar o desenvolvimento das ações de EAN propostas no Caderno de Atividades, e não mencionam qual a fundamentação teórico-metodológica a ser seguida. Assim, percebe-se que a publicação em questão deixa lacunas sobre por quem, quando e como as ações de EAN devem ser realizadas nos serviços socioassistenciais, não sendo efetiva na consecução de seus objetivos. Necessita de melhor adequação da formatação, embasamento teórico-metodológico, e esclarecimento sobre a responsabilidade pela execução das ações de EAN.

**Descritores:** Educação Alimentar e Nutricional; Assistência Social; Promoção da Saúde; Segurança Alimentar e Nutricional.

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

**CFN** – Conselho Federal de Nutricionistas

**CRAS** – Centro de Referência em Assistência Social

**DHAA** – Direito Humano à Alimentação Adequada

**EAN** – Educação Alimentar e Nutricional

**MDS** – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

**PBF** – Programa Bolsa Família

**PNAN** – Política Nacional de Alimentação e Nutrição

**SAN** – Segurança Alimentar e Nutricional

**SUAS** – Sistema Único de Assistência Social

**SUS** – Sistema Único de Saúde

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>05</b>
1.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA.....	06
1.2 JUSTIFICATIVA.....	06
1.3 OBJETIVOS.....	07
1.3.1 Objetivo Geral.....	07
1.3.1 Objetivos Específicos.....	07
<b>2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>08</b>
<b>3 DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO.....</b>	<b>09</b>
3.1 REVISÃO TEÓRICA.....	09
3.1.1 A importância da Educação Alimentar e Nutricional.....	09
3.1.2 A Educação Alimentar e Nutricional nas políticas públicas.....	10
3.1.3 Os serviços socioassistenciais.....	13
3.2 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	16
3.2.1 Estrutura e redação.....	16
3.2.2 Responsabilidade pela execução das ações de EAN.....	18
3.2.3 Conteúdo teórico e atividades propostas.....	21
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>32</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>34</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A alimentação é uma necessidade básica do ser humano e sua adequação é essencial para a saúde e qualidade de vida do indivíduo, sendo fundamental não só o acesso a alimentos saudáveis, mas também a compreensão da importância da boa nutrição (ZANCUL; OLIVEIRA, 2007).

O conceito de Promoção de Saúde concebido na Carta de Ottawa de 1986 afirma que este processo deve desenvolver as habilidades dos indivíduos em reconhecer suas necessidades e fazer escolhas que conduzam a saúde, sendo alimentação e educação duas das condições fundamentais para o seu alcance (WHO, 2009).

A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) é a combinação de estratégias educativas que visam à adoção voluntária de escolhas alimentares e outros comportamentos relacionados à alimentação e nutrição que conduzam a saúde e bem-estar (CONTENTO, 2011).

Reconhecida sua importância, a EAN vem sendo citada como estratégia para promoção da saúde em diversas políticas públicas brasileiras (BRASIL, 2009a; BRASIL, 2010a; BRASIL, 2010b; BRASIL, 2011a; BRASIL, 2011b; BRASIL, 2012a). Em 2012, ocorreu a publicação do *Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas*, com o objetivo de promover um campo comum de reflexão e orientação da prática nas ações de EAN adotadas nas políticas públicas, de modo a contemplar todos os setores envolvidos na produção, distribuição, abastecimento e consumo de alimentos (BRASIL, 2012b).

Recentemente, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) publicou os *Cadernos de Educação Alimentar e Nutricional: o Direito Humano à Alimentação Adequada e o fortalecimento de vínculos familiares nos serviços socioassistenciais*, com o objetivo de subsidiar o trabalho dos profissionais dos serviços socioassistenciais ao abordar a temática da EAN (BRASIL, 2014a,b). Porém, tal publicação não especifica qual profissional deve ser responsável pelas ações de EAN nos serviços.

## 1.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

Para quem a publicação de referência para as ações de EAN nos serviços socioassistenciais foi desenvolvida, quem deve executar as ações propostas e qual a aplicabilidade do conteúdo fornecido?

## 1.2 JUSTIFICATIVA

Os serviços socioassistenciais são atividades continuadas que visam o atendimento da população para melhoria da sua qualidade de vida, com ações voltadas às necessidades básicas do indivíduo (BRASIL, 2011c). Tais serviços devem oferecer um conjunto de seguranças para redução de riscos e vulnerabilidade, entre eles a segurança do convívio, por meio de trabalhos socioeducativos que fortaleçam os vínculos sociais, e a segurança de autonomia, que visa o desenvolvimento de habilidades para que o indivíduo tenha condições de fazer suas escolhas (BRASIL, 2005a).

Neste sentido, a EAN tem papel fundamental no exercício e fortalecimento da cidadania ao auxiliar a população no desenvolvimento de sua autonomia para realização de escolhas alimentares saudáveis, por meio de ações que visem a mudança de hábitos dos indivíduos e suas famílias (FERREIRA; MAGALHÃES, 2007).

O processo de EAN, com vistas à promoção da saúde, deve estar baseado em uma metodologia ensino-aprendizagem que possibilite o desenvolvimento de habilidades dos indivíduos para o enfrentamento de questões relacionadas à alimentação e nutrição (FERREIRA; MAGALHÃES, 2007).

Os Cadernos orientadores para as ações de EAN nos serviços socioassistenciais não determinam qual profissional deve ser responsável pela execução da proposta nem mencionam capacitações para este fim. Portanto, torna-se importante a análise da publicação no sentido de verificar as lacunas existentes em relação a responsabilidade por sua execução e se o embasamento teórico fornecido é suficiente para auxiliar a equipe dos serviços no desenvolvimento das atividades propostas.

## 1.3 OBJETIVOS

### 1.3.1 Objetivo Geral

Analisar criticamente os Cadernos de Educação Alimentar e Nutricional voltados aos serviços socioassistenciais publicados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

### 1.3.2 Objetivos específicos

- Analisar a estrutura e a redação do documento;
- Identificar a responsabilidade pela execução das ações propostas;
- Avaliar o conteúdo da publicação de acordo com a legislação e literatura existentes sobre o tema.



## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Foi realizado um estudo qualitativo na perspectiva da análise documental. A análise documental refere-se ao exame de materiais que ainda não receberam tratamento analítico ou que podem ser reexaminados na busca de interpretações novas ou complementares, sendo considerados documentos materiais escritos (jornais, revistas, diários, obras literárias, científicas e técnicas, etc.), as estatísticas e os elementos iconográficos (GODOY, 1995).

Para sua realização, têm-se duas etapas: coleta de documentos e análise de conteúdo (SILVA et al, 2009). A análise de conteúdo segundo Bardin (apud MINAYO, 2010, p. 303) é:

O conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens.

É na etapa de análise de conteúdo que o pesquisador descreve e interpreta o conteúdo das mensagens, de modo a obter respostas a problemática da pesquisa (SILVA et al, 2009).

No estudo em questão, pretendeu-se analisar de forma crítica os Cadernos de Educação Alimentar e Nutricional voltados aos serviços socioassistenciais (teórico e de atividades) publicados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. A análise crítica utilizou como base a legislação e literatura existentes sobre a atuação e prática do nutricionista em EAN, sobre fundamentos teórico-metodológicos da EAN e ações de EAN no âmbito das políticas públicas.

A busca de referências para elaboração do trabalho foi realizada nas seguintes bases de dados: U.S. National Library of Medicine (PubMed), Scientific Electronic Library Online (SciELO), Periódicos Capes, Google acadêmico, Bibliotecas de Universidades, sites governamentais.

### 3 DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO

#### 3.1 REVISÃO TEÓRICA

##### 3.1.1 A importância da Educação Alimentar e Nutricional

Uma alimentação variada, completa e agradável ao paladar é de grande importância para a prevenção e controle de doenças crônicas não transmissíveis, doenças essas que vêm apresentando aumento considerável na população, sendo a EAN uma importante estratégia para a promoção de hábitos alimentares saudáveis (BOOG, 1999).

A EAN é a combinação de estratégias educativas que visam à adoção voluntária de escolhas alimentares e outros comportamentos relacionados à alimentação e nutrição que conduzam a saúde e bem-estar (CONTENTO, 2011). É vista ainda como estratégia para valorização da alimentação, de modo a respeitar, mas também modificar, crenças, valores, atitudes, práticas e relações sociais que se estabelecem em torno da alimentação, permitindo o acesso a uma alimentação adequada que proporcione saúde, prazer e convívio social (BOOG, 2004).

Segundo Santos (2005):

O papel da educação alimentar e nutricional está vinculado à produção de informações que sirvam como subsídios para auxiliar a tomada de decisões dos indivíduos que outrora foram culpabilizados pela sua ignorância, sendo posteriormente vítimas da organização social capitalista, e se tornam agora providos de direitos e são convocados a ampliar o seu poder de escolha e decisão (p.8).

Para sua execução, a EAN deve levar em consideração os diversos aspectos que influem nas escolhas alimentares, entre eles: os biológicos, que se referem as questões nutricionais e sanitárias, além da prevenção de doenças; econômicos, no que se refere ao processo de produção e preço dos alimentos; ambientais, referentes a produção sustentável, disponibilidade e consumo; sociais, culturais, religiosos, psicológicos e antropológicos, inerentes ao indivíduo e a sociedade em que se insere (HELMAN, 2009; CASTRO; CASTRO; GUGELMIM, 2011).

Além disso, deve considerar que a alimentação constitui-se em direito social, incluso na Constituição de 1988 através da Emenda Constitucional nº 64 (BRASIL, 2010c), e, portanto, deve ser garantida pelo Estado. Assim, a EAN também deve abordar o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), conceituado como:

[...] direito humano inerente a todas as pessoas de ter acesso regular, permanente e irrestrito, quer diretamente ou por meio de aquisições financeiras, a alimentos seguros e saudáveis, em quantidade e qualidade adequadas e suficientes, correspondentes às tradições culturais de seu povo e que garanta uma vida livre do medo, digna e plena nas dimensões físicas e mental, individual e coletiva (BURITY et al, 2010, p.15).

Segundo Contento (2011), a EAN apresenta três fases essenciais que devem ser baseadas na teoria e em pesquisas: uma fase *motivacional*, onde se definem metas para aumentar a consciência e melhorar a motivação do público-alvo; uma fase de *ação*, com metas para facilitar a capacidade de agir; e uma fase *ambiental*, onde os educadores trabalham juntamente com gestores de políticas públicas para promover apoio ambiental para a ação.

Diante disso, vê-se que a EAN vem ganhando importância como estratégia nas mais diversas políticas públicas voltadas à saúde e à alimentação e nutrição (SANTOS, 2005).

### 3.1.2 A Educação Alimentar e Nutricional nas políticas públicas

O interesse pela Educação Nutricional no Brasil surge na década de 1940, com a introdução de programas governamentais de saúde do trabalhador, visando à melhoria de seus hábitos alimentares para geração de maior força de trabalho (BOOG, 1997).

Nas décadas de 1950 e 1960, a Educação Nutricional visava à introdução da soja na alimentação, devido a interesses econômicos, e também a “indução” ao consumo de alimentos provenientes de convênio estabelecido entre Ministério da Educação (MEC) e United States Agency for International Development (USAID) por

meio de programas de ajuda alimentar internacional que objetivavam aliviar os excedentes agrícolas americanos (CASTRO; PELIANO, 1985).

Na década de 1970, o binômio alimentação/educação, utilizado até então, é substituído pelo binômio alimentação/renda, devido a pesquisas, entre elas o Estudo Nacional de Despesas Familiares (ENDEF), que demonstraram que o principal obstáculo à alimentação adequada era a renda. Assim, viu-se ocorrer o exílio da Educação Nutricional por cerca de duas décadas, em decorrência de intensas críticas ao modelo que vinha sendo adotado, que visava “ensinar o pobre a comer” (BOOG, 1997).

Em meados da década de 1980, surge a concepção da educação nutricional crítica, que baseava-se nos princípios da pedagogia crítica e pressupunha assumir um compromisso político de uso da produção técnico-científica para o fortalecimento das classes populares na luta por equidade (SANTOS, 2005). Segundo Freire (1987), a educação com visão “bancária”, que apenas deposita fatos e informações nos educandos, deve ser substituída por uma concepção humanista e libertadora, com estímulo a crítica, criatividade e problematização homem-mundo, de modo que educador e educando aprendam em conjunto. A educação dialógica, como é chamada, visa à formação da consciência crítica do indivíduo, para que este se reconheça como integrante no mundo e desenvolva autonomia para a tomada de decisões.

Em 1986, ocorre a I Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, que teve como produto a Carta de Ottawa, onde se conceitua a promoção da saúde como o processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, alcançando um estado de completo bem-estar físico, mental e social, sendo que a mesma não é atribuição exclusiva do setor saúde. Dentre as ações prioritárias propostas para a promoção da saúde, cita a construção de políticas públicas saudáveis, criação de ambientes favoráveis a saúde e desenvolvimento de habilidades pessoais (WHO, 2009).

Em 1988, a Declaração de Adelaide, produto final da II Conferência Internacional de Promoção da Saúde, identifica as áreas prioritárias para promoção de ações imediatas em políticas públicas saudáveis, sendo uma delas a Alimentação e Nutrição (WHO, 2009).

Na década de 1990, o termo “promoção das práticas alimentares saudáveis” passa a figurar em documentos oficiais brasileiros, reconhecendo-se a importância da educação alimentar e nutricional como estratégia nas políticas públicas para promoção da saúde (SANTOS, 2005; BRASIL, 2012b). Neste período, a EAN também volta a aparecer nas discussões dos congressos da área, com ênfase no sujeito, na cultura, na democratização do saber, na ética e na cidadania (LIMA; OLIVEIRA; GOMES, 2003).

Com a publicação da primeira versão da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) em 1999, tem-se um importante avanço nas políticas públicas da área. A PNAN trazia como propósito “a garantia da qualidade dos alimentos colocados para consumo no País, a promoção de práticas alimentares saudáveis e a prevenção e o controle dos distúrbios nutricionais, bem como o estímulo às ações intersetoriais que propiciem o acesso universal aos alimentos”. Uma de suas diretrizes era “promoção de práticas alimentares e estilo de vidas saudáveis”, que enfatizava a socialização de conhecimentos sobre alimentação e sobre a prevenção de problemas nutricionais, desde a desnutrição até a obesidade (BRASIL, 2007). Na versão de 2011 da PNAN, a EAN também é citada de maneira transversal em várias diretrizes, com o objetivo de melhorar as condições de alimentação, nutrição e saúde, em busca da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional da população brasileira (BRASIL, 2012a).

Outro momento importante a ser citado, é a proposição do Programa Fome Zero no início dos anos 2000, que previa a criação de programas de educação alimentar e educação para o consumo para prevenção da desnutrição e da obesidade, por meio de campanhas publicitárias e palestras sobre EAN, além da normatização da publicidade (PROJETO FOME ZERO, 2001).

No âmbito internacional, a agenda de promoção da alimentação saudável e da EAN é reforçada pela publicação da Estratégia Global para Promoção da Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde da Organização Mundial da Saúde, que estabelece as responsabilidades dos Estados Membros na estruturação de ações para promoção de hábitos alimentares saudáveis e prática de atividade física como estratégia para redução de doenças crônicas não transmissíveis (WHO, 2004).

O fortalecimento da EAN também é visto no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com a publicação da Lei 11.947, de 2009, a qual inclui como uma de

suas diretrizes “a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional”. A EAN também é citada como estratégia para a consecução do objetivo do programa de “contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos” (BRASIL, 2009a).

Em 2010, tem-se o surgimento da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), que tem como diretriz 3 a “instituição de processos permanentes de EAN, pesquisa e formação nas áreas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e DHAA” (2010b). O detalhamento desta diretriz ocorre no Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PlanSAN), onde são definidas metas, objetivos e ações específicas para a consecução da EAN de maneira intersetorial (BRASIL, 2011a).

Dentre as metas prioritárias da diretriz 3 do PlanSAN está a elaboração de um marco conceitual de EAN para as políticas públicas. O Marco de Referência de EAN para as Políticas Públicas foi publicado em 2012, tendo como objetivo promover um campo comum de reflexão e orientação da prática das ações de EAN adotadas nas políticas públicas, de modo a contemplar todos os setores envolvidos na produção, distribuição, abastecimento e consumo de alimentos (BRASIL, 2012b).

Recentemente, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) publicou os *Cadernos de Educação Alimentar e Nutricional: o Direito Humano à Alimentação Adequada e o fortalecimento de vínculos familiares nos serviços socioassistenciais*, com o objetivo de subsidiar o trabalho dos profissionais dos serviços socioassistenciais ao abordar a temática da EAN. Um Caderno Teórico, contendo conceitos e princípios da EAN na perspectiva da SAN e também aspectos teóricos sobre a EAN nos diferentes ciclos de vida; e outro Caderno de Atividades, com sugestões de atividades a serem desenvolvidas (BRASIL, 2014a,b).

### 3.1.3 Os serviços socioassistenciais

Com a Constituição de 1988, a Assistência Social passa a ser vista como direito assegurado no capítulo da seguridade social (BRASIL, 1988). A partir da constituição, tem-se a promulgação da Lei 8.742/1993, conhecida como Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que dispõe sobre a organização da política pública desta área, e em seu artigo primeiro diz que: “a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas” (BRASIL, 1993).

A regulamentação da Política Nacional de Assistência Social prevê a articulação de serviços, programas, benefícios e projetos socioassistenciais, hierarquizados em níveis de gestão de acordo com a complexidade da proteção e o porte de cada município, de modo a configurar um Sistema Único – SUAS (SEMZEZEM, 2012).

Os serviços da assistência social organizam-se em proteção social básica e proteção social especial. Os serviços de proteção social básica visam à prevenção de situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Os serviços de proteção social especial têm por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direitos, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos (BRASIL, 2011c).

Tais proteções devem ser ofertadas na rede socioassistencial, de forma integrada, por entes públicos e/ou entidades de assistência social vinculadas ao SUAS (BRASIL, 2011c).

Dentre os serviços socioassistenciais tem-se: Serviços de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, e Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas, pertencentes a Proteção Social Básica; Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), Serviço Especializado em Abordagem Social, Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com

Deficiência, Idosas e suas Famílias, e Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, na Proteção Social Especial de Média Complexidade; e ainda Serviço de Acolhimento Institucional, Serviço de Acolhimento em República, Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências, pertencentes a Proteção Especial de Alta Complexidade (BRASIL, 2009b).

A assistência social, vista sob a ótica dos direitos fundamentais, tem grande potencial para contribuir no processo educativo, porém, a literatura muito referencia as áreas de educação e saúde como políticas de promoção da saúde, observando-se uma lacuna com relação à assistência social (BAYER, 2012).

Considerando que os serviços socioassistenciais visam à prevenção de riscos e o acesso a direitos sociais, o uso da EAN nestes locais pode contribuir com a consecução do DHAA, podendo ser desenvolvida em grupos específicos ou intergeracionais, de modo a promover reflexão para o estímulo de práticas alimentares saudáveis no contexto familiar (BRASIL, 2014a).



## 3.2 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

### 3.2.1 Estrutura e redação

Os Cadernos de Educação Alimentar e Nutricional voltados para os serviços socioassistenciais estão divididos em dois volumes: um caderno teórico e um caderno de atividades.

O caderno teórico apresenta um capítulo abordando conceitos e princípios para a execução das ações de educação alimentar e nutricional, na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada. No segundo capítulo, apresenta embasamento teórico sobre a abordagem nos diferentes ciclos de vida (criança, adolescente, adulto e idoso). O mesmo está disponível em:

[http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/educacao-alimentar-e-nutricional/publicacoes/cadernoteorico\\_sesan.pdf.pagespeed.ce.CcSI5KlyvY.pdf](http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/educacao-alimentar-e-nutricional/publicacoes/cadernoteorico_sesan.pdf.pagespeed.ce.CcSI5KlyvY.pdf).

O caderno de atividades traz sugestões de atividades de educação alimentar e nutricional a serem executadas nos serviços socioassistenciais, algumas voltadas a todas as faixas etárias, e outras destinadas a faixas etárias específicas. Disponível em:

<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/educacao-alimentar-e-nutricional/caderno,P20de,P20atividades,P20completo,P20editado.pdf.pagespeed.ce.f65tX-IT3j.pdf>.

Analisando o **caderno teórico** do ponto de vista da redação, observam-se falhas com relação à norma escrita, com alguns erros de pontuação e concordância de palavras, ou ainda frases escritas de forma a não permitir o seu entendimento, como observado na página 29, primeiro parágrafo: “...restrito àquele adicionado às papas principal Não é recomendado que sejam oferecidos...”. E no terceiro parágrafo: “Oferecer alimentos fontes desses nutrientes auxilia na prevenção dessas da hipovitaminose A e anemia ferropriva.”

Outro exemplo encontra-se na página 22, segundo parágrafo, onde não fica claro o que o texto quer dizer:

“[...] Nesse sentido, combina-se proteção do direito ambiental e do consumidor, com destaque para a responsabilidade ambiental do fornecedor e do produtor pelo fato do produto, o princípio da informação e rotulagem de produtos, como mecanismos de proteção ao meio ambiente e a saúde do consumidor”.

Segundo Soares (2011), o uso impróprio do idioma na redação de qualquer tipo de texto degrada o redator e a instituição que ele representa, além de tornar de difícil compreensão a informação que se quer transmitir.

Com relação às referências utilizadas, verificou-se que há diversos trechos de textos e textos inteiros não referenciados, como observado, por exemplo, no capítulo um, nas páginas 11 a 16, onde o texto referente aos Princípios das Ações de EAN encontrado no Marco de Referência em EAN para políticas públicas (BRASIL, 2012b) é transcrito quase em sua totalidade, havendo apenas uma menção no primeiro parágrafo deste item sobre o Marco em EAN, não constando a referência nas páginas seguintes e nem ao final na sessão de referências bibliográficas.

Do mesmo modo, no capítulo dois, observa-se que o capítulo inicia na página 25, porém, somente na página 31 aparece a primeira referência do texto, ou seja, apenas na sétima página do capítulo.

Além disso, verificaram-se dez referências citadas ao longo do texto e nas figuras que não estão discriminadas ao final na sessão de referências bibliográficas: BURITY et al, 2010 (p.8); KEPPLER, 2010 e CONSEA, 2010 (figura, p.9); BRASIL, 2009a (p.13); DIEZ-GARCIA; CASTRO, 2010 (p.14); MONTEIRO et al, 2010 (p.21); LEITE et al, 2012 (p.21); BRASIL, 2005 (figura, p.24); LEVY-COSTA et al, 2005 (p.32); e BRASIL, 2003 (p.34).

O **caderno de atividades** menciona apenas três referências e as mesmas não são citadas no final, uma vez que não há sessão de referências bibliográficas neste caderno.

Segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, referência é o conjunto de elementos descritivos retirados de um documento, que permite sua identificação individual (ABNT, 2002). As referências devem ser relacionadas em lista própria, com a inclusão de **todas** as fontes efetivamente usadas na elaboração do trabalho (SILVA, 2012). Portanto, nos Cadernos em questão o emprego das referências não está de acordo com as normas vigentes.



Figura 01 – Capa da publicação (Fonte: BRASIL, 2014a,b)

Pensando na apresentação, a capa de ambos os cadernos apresenta uma fotografia (figura 01) em que uma família está à mesa, diante de uma farta refeição, com quantidade excessiva de alimentos para o número de pessoas. Se considerarmos o conceito de Direito Humano à Alimentação Adequada que pressupõe o acesso regular e permanente a alimentos seguros e saudáveis, em quantidade e qualidade adequadas e suficientes (BURITY et al, 2010), tal fotografia não condiz com este aspecto, uma vez que o consumo alimentar excessivo gera um balanço energético positivo, favorecendo a ocorrência de excesso de peso (WANDERLEY; FERREIRA, 2010).

### 3.2.2 Responsabilidade pelas ações de EAN

Ao longo do texto, os cadernos caracterizam a Educação Alimentar e Nutricional como prática multiprofissional e colocam que as ações neste sentido sejam realizadas pela equipe técnica dos serviços socioassistenciais. Em nenhum momento é mencionado qual profissional deve ser responsável pela execução das ações.

A Lei 8.234 de 17 de setembro de 1991, que regulamenta a profissão de nutricionista, coloca em seu artigo 3º, inciso VII, que a assistência e educação nutricional da população são atividades **privativas** do nutricionista, tanto em instituições públicas como privadas. Além disso, no artigo 4º, parágrafo único, coloca que é obrigatória a participação do nutricionista em equipes multiprofissionais que visem o planejamento e execução de ações relacionadas direta ou indiretamente com alimentação e nutrição (BRASIL, 1991). Do mesmo modo, a Resolução nº 380/2005 do Conselho Federal de Nutricionistas prevê, na área de saúde coletiva, a atuação do nutricionista em políticas e programas institucionais, de entidades públicas e privadas, estando entre as atividades obrigatórias a promoção de ações de educação alimentar e nutricional (BRASIL, 2005b).

A Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH/SUAS) prevê como integrantes das equipes de referência dos serviços socioassistenciais assistentes sociais, psicólogos e técnicos de nível médio, sendo que não está prevista a participação do nutricionista (BRASIL, 2006). Não sendo reconhecida a atividade deste profissional no segmento da assistência social, sua presença nos serviços socioassistenciais torna-se pouco comum.

Outro ponto que pode ocasionar a não inserção do nutricionista na assistência social são os currículos dos cursos de graduação em nutrição, que muitas vezes oferecem disciplinas voltadas à saúde pública com conteúdos vagos e/ou focadas apenas nas políticas de saúde. As Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Nutrição colocam no artigo 5º, parágrafo único, que a formação do nutricionista, em termos de necessidades sociais de saúde, deve ter enfoque no Sistema Único de Saúde - SUS (BRASIL, 2001). Desta forma, tais diretrizes podem estar pautando-se em uma visão limitada dos campos de atuação do nutricionista, uma vez que o foco no SUS leva o nutricionista a reconhecer-se como profissional da saúde apenas neste setor (SOARES; AGUIAR, 2010).

Em estudo realizado sobre a formação em saúde pública em cursos de nutrição, Recine et al (2012), observaram que a maioria dos cursos oferecidos destinou no máximo 30% da carga horária total para disciplinas de nutrição em saúde pública. Além disso, verificou-se que poucos cursos ofereciam a disciplina de Nutrição em Saúde da

Família, e não foi identificada nenhuma disciplina que tratasse de forma explícita de temas como alimentação saudável, promoção da saúde, alimentação escolar e segurança alimentar e nutricional, com predomínio de disciplinas mais técnicas e baixa inclusão de outras áreas do conhecimento relacionadas ao campo da saúde pública.

Para que o nutricionista realize ações de educação nutricional sua competência como educador deve ser desenvolvida, sendo necessário que os cursos de graduação se redirecionem para isso, não ficando apenas em seu caráter biológico ainda dominante. Uma única disciplina não permite a formação como educador, sendo esta uma responsabilidade do curso e todos os seus docentes (FRANCO; BOOG, 2007).

Não foram encontrados estudos que abordassem especificamente a atuação do nutricionista nas políticas de assistência social, o que demonstra o não reconhecimento da atuação deste profissional no segmento e a não reivindicação do nutricionista por seu lugar nesta área nem mesmo na resolução do CFN que estabelece a atuação do nutricionista.

A orientação dada pelos Cadernos de EAN para serviços socioassistenciais implica na possibilidade de realização de ações de educação alimentar e nutricional por profissional não habilitado, uma vez que não menciona a incorporação do profissional nutricionista nos serviços e/ou a capacitação da equipe técnica para este fim.

Há o pressuposto de um conhecimento mínimo de nutrição entre profissionais com atuação relacionada à promoção de saúde, o que, de fato, não ocorre (BOOG, 2008).

Bayer (2012), em estudo sobre educação nutricional realizado com 22 educadores sociais que atuam nos CRAS de Novo Hamburgo/RS, constatou que 55% dos entrevistados têm dúvidas sobre conhecimentos específicos de nutrição e gostariam de receber mais capacitação sobre o tema, o que pôde ser verificado ao aplicar questões específicas sobre conhecimentos em nutrição, onde das 8 questões aplicadas, 5 tiveram 50% das respostas incorretas. Também observou poucas sugestões de atividades sobre EAN para realização com os grupos, demonstrando a dificuldade dos entrevistados em desenvolver o tema.

Uma possível alternativa para a falta de profissionais habilitados citada nos Cadernos sobre EAN em análise, é a busca de parcerias com outros setores

governamentais e o mapeamento de possíveis parceiros no território que possam potencializar a abordagem da EAN nos serviços socioassistenciais, caracterizando a intersetorialidade. Embora a intersetorialidade seja de grande importância no campo das políticas públicas, neste caso a busca de parcerias sugerida poderia implicar na responsabilização pela execução das ações de EAN por equipes de outros setores, correndo-se o risco de causar a sua inviabilidade, uma vez que nem sempre a intersetorialidade ocorre nos municípios, e também de prejudicar a formação de vínculo entre a equipe do serviço socioassistencial com seu público alvo.

### 3.2.3 Conteúdo teórico e atividades propostas

No Caderno Teórico, **Capítulo 1, Parte 1**, intitulada “O Direito Humano à Alimentação Adequada”, o texto apresenta os conceitos de DHAA e SAN, trazendo uma interpretação resumida dos mesmos (1 página). Relacionado a este tema, a primeira atividade proposta no Caderno de Atividades, propõe uma reflexão sobre os direitos sociais básicos conhecidos pelos participantes, com destaque ao DHAA. A atividade pede que o condutor auxilie os participantes a construir um conceito de DHAA e na discussão de situações do cotidiano que exemplifiquem o acesso ou não a este direito.

Considerando a atribuição dos serviços socioassistenciais de promover o acesso dos indivíduos aos direitos sociais (BRASIL, 2009b), a atividade proposta é importante para auxiliar os participantes no empoderamento de seus direitos. Questiona-se, porém, caso o condutor não tenha conhecimento prévio sobre o DHAA, se o referencial contido no Caderno Teórico é suficiente para capacitar o mesmo, afim de que este realize a atividade proposta.

Na **Parte 2**, intitulada “Educação Alimentar e Nutricional – EAN”, o Caderno Teórico traz a conceituação de EAN e os princípios que devem ser observados nas suas ações, de acordo com o que está previsto no Marco de Referência de EAN para Políticas Públicas.

O conceito adotado pelo Marco e pela publicação em questão diz que a EAN “é *um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar,*

*intersetorial e multiprofissional, que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis*". No entanto, esta publicação não discute tais conceitos.

Com relação aos princípios para as ações de EAN, o Caderno transcreve na íntegra oito dos nove princípios descritos no Marco de Referência de EAN para Políticas Públicas (BRASIL, 2012b), que são:

1. Sustentabilidade social, ambiental e econômica – satisfação das necessidades alimentares de modo que não implique no comprometimento dos recursos naturais, e com relações econômicas e sociais estabelecidas com ética, justiça, equidade e soberania.
2. Abordagem do sistema alimentar na sua integralidade – abordagem de todas as dimensões que envolvem da produção ao consumo dos alimentos;
3. Valorização da cultura alimentar local e respeito à diversidade de opiniões e perspectivas, considerando a legitimidade dos saberes de diferentes naturezas – respeito e valorização da cultura alimentar de cada população;
4. A comida e o alimento como referências: valorização da culinária enquanto prática emancipatória – resgate de valores culturais, sociais, afetivos e sensoriais por meio da culinária, de forma a gerar autonomia e fortalecer vínculos familiares;
5. A promoção do autocuidado e autonomia – processo de mudança de comportamento centrado no indivíduo, tornando as pessoas agentes produtores sociais de sua saúde;
6. A educação enquanto processo permanente e gerador de autonomia e participação ativa e informada dos sujeitos – priorização de processos ativos, que incorporem os conhecimentos e práticas populares, contextualizados na realidade do indivíduo;
7. A diversidade nos cenários de prática – desenvolvimento de conteúdos de maneira coordenada e complementar, respeitando as especificidades de cada local;
8. Intersetorialidade – articulação entre diversos setores governamentais e não-governamentais.

A descrição dos princípios traz apenas uma breve explicação dos mesmos, sem mencionar como estes princípios podem ser desenvolvidos e qual a fundamentação teórico-metodológica a ser adotada para sua consecução. O princípio nove do Marco de EAN, não mencionado no Caderno Teórico, refere-se justamente ao processo de planejamento, avaliação e monitoramento das ações, com vistas à identificação de prioridades e elaboração de estratégias adequadas, porém, também não define métodos para sua consecução.

Segundo Santos (2005), tanto na literatura acadêmica como nos documentos de referência de políticas públicas, há poucas referências sobre embasamento teórico, metodológico e operacional para as ações de EAN. Freire (1996), afirma que um discurso competente não tem valor se a ação pedagógica for impermeável a mudanças.

Com relação ao princípio da intersetorialidade, relaciona algumas ações e programas de outros setores governamentais com os quais podem ser realizadas parcerias. Há uma rápida explicação de alguns programas da área da saúde e educação, sendo necessária a busca de informações em outros locais para maior aprofundamento sobre seu funcionamento. Dos programas relacionados à área de segurança alimentar, apenas o Programa de Aquisição de Alimentos é citado, em detrimento dos demais, tais como Banco de Alimentos, Restaurantes Populares e Cozinhas Comunitárias, programas que deveriam ser de conhecimento da equipe do serviço para possível encaminhamento de demandas.

Verifica-se que não é mencionada de que forma os programas citados poderiam estar potencializando as ações de EAN nos serviços socioassistenciais.

Na **Parte 3**, intitulada “A alimentação adequada e saudável na perspectiva da SAN”, o texto fala brevemente sobre as mudanças no consumo alimentar da população brasileira (1 página). Não há explicação sobre o que, de fato, seria uma alimentação saudável e de que forma a mesma pode ser alcançada, sendo assim, o conteúdo do texto não condiz com o seu título.

O Guia Alimentar para a População Brasileira afirma que a alimentação envolve não só a ingestão de nutrientes, mas também os alimentos fonte de nutrientes, como são combinados entre si e preparados, o modo de comer e características culturais e sociais das práticas alimentares. Também preconiza que recomendações para



promoção da alimentação adequada e saudável devem estar de acordo com o cenário alimentar e condições de saúde da população, e levar em conta os impactos das formas de produção e distribuição dos alimentos sobre a justiça social e a integridade do ambiente (BRASIL, 2014c).

A Parte 3 também traz um pequeno subtítulo de três parágrafos que trata sobre alimentos transgênicos, no qual se observa que não há uma explicação sobre o que são alimentos transgênicos, tratando apenas dos possíveis riscos de seu consumo e menciona o decreto que regulamenta a obrigatoriedade de informação nos rótulos de alimentos sobre sua presença. Tal regulamentação atualmente está em discussão, por meio da PL 4.148/2008, que desobriga as indústrias alimentícias a utilizarem no rótulo o símbolo do triângulo amarelo com um T maiúsculo para indicar a presença de transgênicos, a qual já foi aprovada na Câmara de Deputados e aguarda decisão do Senado Federal (PIOVESAN; MIRANDA, 2015).

Para finalizar, o texto fala sobre a rotulagem de alimentos, onde apenas menciona a importância da interpretação dos rótulos para a promoção de escolhas saudáveis e dispõe a figura 02.

Sobre este tema, o Caderno de Atividades sugere a Atividade 9 – O que os rótulos de alimentos estão dizendo?, na qual os participantes devem trazer rótulos de alimentos consumidos em suas casas, e o condutor trabalhar os itens da rotulagem nutricional com os mesmos.

Diversos estudos e pesquisas tem destacado a importância da rotulagem nutricional dos alimentos para a promoção da alimentação saudável, sendo crescente a demanda da sociedade por informações confiáveis. Além de beneficiar o consumidor, a padronização da rotulagem de alimentos também objetiva evitar obstáculos técnicos no comércio de produtos entre países (ANVISA, 2005).

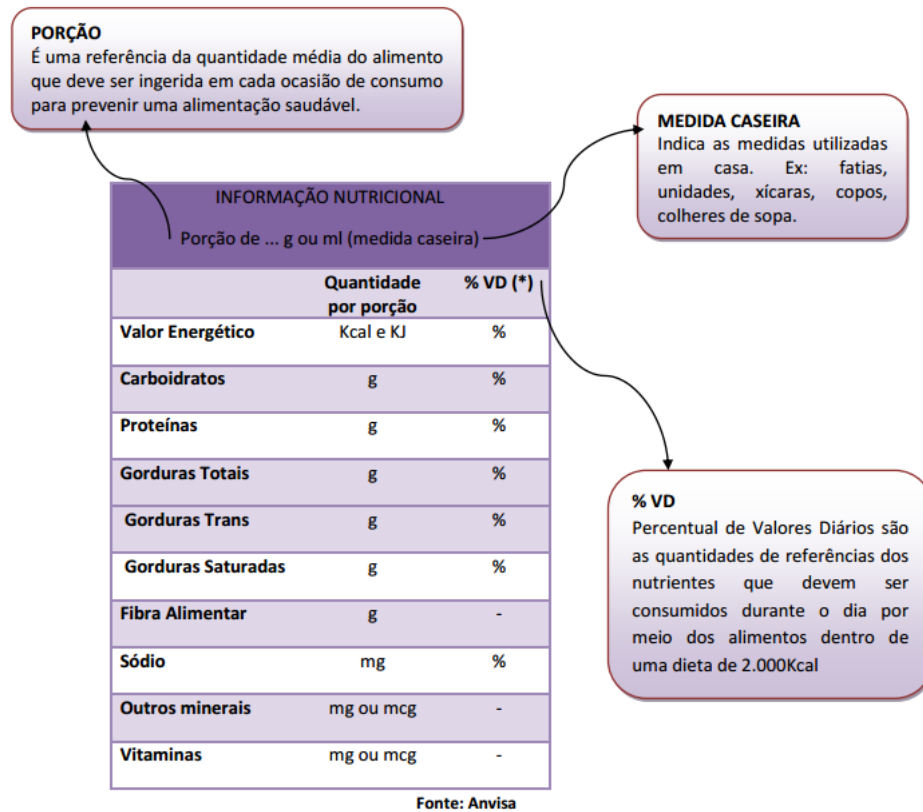


Figura 02 – modelo de tabela de informação nutricional

A rotulagem dos alimentos auxilia os consumidores no processo de escolha dos alimentos (MACHADO et al, 2006), sendo importante a sua interpretação adequada para a escolha de alimentos mais saudáveis. Em estudo realizado em dois supermercados de um município de São Paulo, observou-se que a maioria dos consumidores não considera a informação nutricional importante e têm dificuldade no uso e compreensão do conteúdo dos rótulos de alimentos (BENDINO; POPOLIM; OLIVEIRA, 2012). Outro estudo, realizado no Rio de Janeiro, concluiu que as informações contidas nos rótulos de alimentos frequentemente geram dúvidas, descrédito e insatisfação nos consumidores (MARINS, JACOB, PERES, 2008).

Portanto, caso o condutor da atividade seja leigo sobre rotulagem de alimentos, as informações contidas no Caderno Teórico são insuficientes para que o mesmo possa orientar adequadamente os participantes acerca da interpretação dos componentes da tabela nutricional e da lista de ingredientes.

O **Capítulo II** do Caderno Teórico trata da alimentação nos diferentes ciclos de vida, onde a primeira parte fala da **Alimentação na infância**. Este trecho traz uma breve introdução sobre a importância das práticas alimentares para o desenvolvimento da criança e, em seguida, aborda o aleitamento materno, a alimentação complementar e práticas alimentares saudáveis após os seis meses.

Sobre o aleitamento materno, fala sobre sua importância e vantagens para o bebê, a mãe e a família, e também menciona a lei que garante o direito de amamentar da mãe, por meio de um texto de 3 parágrafos e 2 quadros.

A este respeito, o Caderno de Atividades sugere a Atividade 2 - Amamentação, propondo um debate com gestantes, nutrizes e familiares acerca das vantagens do aleitamento materno e sua importância. Caso sejam necessárias informações específicas sobre a amamentação, sugere buscar parcerias com outros serviços para aprofundamento do tema e/ou o encaminhamento da família à rede de saúde. Portanto, o conteúdo teórico fornecido limita-se a aspectos gerais do aleitamento materno, não sendo suficiente para o esclarecimento de possíveis dúvidas que surjam por parte do condutor da atividade e/ou dos participantes.

Com relação à alimentação complementar, traz orientações gerais de como deve ser a introdução de alimentos após os 6 meses de idade, com informações superficiais que não permitem o esclarecimento adequado ao leitor e não cita as referências de onde as mesmas foram retiradas. Coloca ainda que orientações específicas sobre a quantidade e o número de refeições por dia podem ser obtidas nos serviços de saúde.

Sobre este tema, o Caderno de Atividades propõe a Atividade 3 – Cuidando da alimentação das crianças em 10 passos, que preconiza a discussão com as famílias sobre os 10 passos para a alimentação de crianças menores de 2 anos contidos no Guia Alimentar para menores de 2 anos elaborado pelo Ministério da Saúde. Os 10 passos não são mencionados no Caderno Teórico, sendo possível que o condutor não saiba interpretá-los na sua integralidade para conduzir de forma adequada a atividade. Novamente é sugerida a busca de parcerias e/ou o encaminhamento das famílias para a rede de saúde para esclarecimento de dúvidas específicas.

A **segunda parte** do Capítulo 2, fala sobre a **Alimentação na adolescência**. O texto de uma página traz uma caracterização das mudanças físicas e comportamentais

desta fase, influências nas escolhas alimentares e pontos a observar nas ações desenvolvidas com este público. Não trata de necessidades alimentares específicas desta faixa etária.

Para trabalhar com os adolescentes, o Caderno de Atividades sugere a Atividade 8 – A influência da propaganda de alimento sobre a escolha alimentar. Considerando que o Caderno teórico não fala especificamente da publicidade de alimentos e sua influência nas escolhas alimentares, questionam-se os conhecimentos do condutor sobre o tema e sua capacidade em conduzir uma discussão a respeito.

Atualmente, especialistas da área de saúde vêm discutindo a regulamentação da publicidade, uma vez que evidências indicam a influência da mídia televisiva sobre as preferências alimentares (HENRIQUES et al, 2012). Em estudo realizado por García e Díez (2009), observou-se que as estratégias utilizadas pela publicidade de alimentos usam de artifícios aos quais crianças e adolescentes são sensíveis, como músicas alegres, personagens de desenhos, cores vivas e associação do alimento com êxito social. A maioria dos comerciais veiculados nos canais de televisão aberta, tanto no Brasil como em outros países, referem-se a alimentos ricos em gordura, açúcar e sal (MOURA, 2010), influenciando no aumento do consumo dos mesmos e, conseqüentemente, nos índices de excesso de peso.

O texto referente à **Alimentação na fase adulta**, fala brevemente sobre a transição nutricional que vem ocorrendo na população brasileira, alterações no padrão alimentar que vêm gerando aumento do excesso de peso e doenças crônicas não transmissíveis e menciona que a alimentação adequada é fundamental. Não aborda questões específicas sobre hábitos alimentares adequados para a faixa etária. Sugere como material de apoio o Guia Alimentar para a População Brasileira.

A segunda edição do Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2014c) tem enfoque no consumo de alimentos in natura e minimamente processados como base da alimentação, uso moderado de sal, açúcar e gordura no preparo dos alimentos, consumo limitado de alimentos processados e orienta que alimentos ultraprocessados sejam evitados. Também orienta acerca da combinação adequada dos alimentos, a importância do ato de comer, bem como possíveis obstáculos ao tipo de alimentação proposta e como os mesmos podem ser superados.

A última parte aborda a **Alimentação da pessoa idosa**. O texto traz mudanças decorrentes do processo de envelhecimento que podem influenciar na alimentação dos idosos. Coloca que a EAN para esta faixa etária pode ser baseada na promoção do envelhecimento ativo e saudável para promoção da qualidade de vida, alimentação adequada e convivência social.

No geral, todos os textos referentes à alimentação nos ciclos de vida são curtos, em média com uma página cada. Percebe-se que, dependendo da ação de EAN que venha a ser realizada pela equipe, o conteúdo apresentado pode ser insuficiente para embasar a execução da atividade e para a compreensão sobre o assunto por parte do condutor, principalmente se o mesmo não tiver capacitação prévia sobre o tema em questão.

Ao final de cada texto há sugestões de temas a serem trabalhados com o grupo etário. Como muitos dos temas sugeridos não são abordados no Caderno teórico, seria necessária a busca de informações sobre os mesmos em outras fontes. O texto sugere a busca de parcerias com outros serviços, como saúde e educação, para a abordagem de temas específicos, ou seja, na maioria dos temas pode ser necessária a busca desta parceria caso não faça parte da equipe um profissional capacitado.

A sugestão de temas pré-determinados vai contra o que diz o conceito de EAN adotado no que se refere à promoção de prática autônoma e voluntária, pois os mesmos podem não ser a demanda de determinada população. Segundo Freire (1987), para que a prática educativa seja libertadora e gere autonomia, antes do planejamento de ações é necessário que haja diálogo com o público-alvo para investigação do “universo temático”, ou seja, das demandas e realidade social existentes na vida e no pensamento dos participantes. Segundo o autor, “*educação autêntica não se faz de “A” para “B” ou de “A” sobre “B”, mas de “A” com “B”*”.

Ao longo do Caderno teórico, diversos links de sites para busca de mais informações são sugeridos, sendo necessário, portanto, interesse por parte do profissional em acessar estes dados. Segundo Boog (2008), a problematização da realidade, análise crítica e reflexão sobre problemas e desafios não ocorre ao se obter informações da internet, sendo necessária a mediação de um docente com experiência profissional para se alcançar esta compreensão.

Além das atividades já mencionadas, o Caderno de Atividades sugere outras cinco atividades. A Atividade 4 – De onde vêm os alimentos? consiste em trabalhar a origem dos alimentos com os participantes, por meio de um debate com o uso de embalagens de alimentos e alimentos in natura, com foco na valorização dos alimentos produzidos na região.

Pensando na condução do debate proposto, seria importante que o condutor da atividade tivesse um conhecimento mínimo sobre o processo produtivo, composição de alimentos industrializados/processados e produção local, para ter embasamento para esclarecimento de possíveis dúvidas que surjam sobre a origem de determinados alimentos, grau de processamento e presença de aditivos. O Caderno Teórico não traz estas informações, sendo necessária a busca de outras fontes caso o condutor não se sinta preparado para abordar a temática.

A Atividade 5 – Era uma vez e a Atividade 10 – Colcha de retalhos, propõe ações parecidas, sendo a primeira direcionada a várias faixas etárias, e a segunda aos idosos. Ambas objetivam o resgate da cultura e hábitos alimentares locais por meio de relatos de pessoas mais velhas sobre as mudanças ocorridas na alimentação, com posterior representação das histórias contadas em textos, desenhos, etc.

Se as atividades, de fato, objetivarem o resgate da cultura alimentar, sem realizar debates sobre a natureza saudável ou não dos hábitos citados, ambas podem ser facilmente conduzidas por um profissional que não tenha conhecimento prévio sobre EAN.

A Atividade 6 – Conhecendo a produção local sugere a realização de visita a propriedades agrícolas, agroindústrias, feiras, centrais de abastecimento, entre outros, com o objetivo de conhecer a produção local, com posterior construção de mural com fotos e discussão sobre o que foi observado no passeio. Esta atividade também não requer capacitação prévia do condutor, a menos que envolva uso de conceitos referentes a hábitos alimentares saudáveis e composição dos alimentos no debate.

E por fim, a Atividade 7 – Descobrimos os alimentos por meio dos sentidos é proposta como ação com crianças, consistindo basicamente na degustação de frutas da região, onde as crianças devem ser vendadas para que descubram qual a fruta oferecida por meio do paladar, olfato e tato. Como o objetivo da atividade é apenas

promover o contato do público-alvo com novos alimentos, não é indispensável que o condutor tenha conhecimento prévio sobre alimentação e nutrição, exceto se houver utilização do momento para informar sobre as propriedades nutricionais de cada alimento.

Em linhas gerais, o que se pôde perceber é que, embora o conceito e diretrizes preconizados no Caderno Teórico mencionem a promoção da autonomia e participação ativa dos indivíduos nas ações de EAN, na prática a forma como as atividades são propostas não se adequam ao pressuposto. A ausência de definição implícita de uma base teórico-metodológica no texto para direcionar a prática pedagógica das ações dificulta a compreensão e execução do que é proposto, podendo ter interpretações diversas por parte dos executores.

Estudo realizado por Santos (2012) verificou que, apesar da preocupação crescente com as bases teórico-metodológicas para as ações de EAN, muitas delas com alusão a Paulo Freire e a educação popular, as mesmas situam-se em modelos tradicionais baseados na transmissão de informações, prevalecendo técnicas como palestras, produção de materiais informativos, entre outros. Também observou que a EAN tem sido alvo de debates para sua concepção como ação governamental, entretanto, há um hiato entre a formulação das políticas públicas e as ações executadas em nível local.

Com relação à capacitação dos indivíduos para a execução das ações de EAN, recentemente a Rede Ideias na Mesa, iniciativa da Coordenação Geral de Educação Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (CGEAN/MDS) e do Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição – Universidade de Brasília (OPSAN/UnB) lançou o curso online “Educação Alimentar e Nutricional: Uma estratégia para promover o DHAA nos serviços socioassistenciais”, o qual utiliza como material base os Cadernos de EAN aqui analisados. Tal curso pode ser feito por qualquer indivíduo que tenha cadastro no site <http://www.ideiasnamesa.unb.br>, sendo este um curso de autoaprendizagem, sem tutores (IDEIAS NA MESA, 2015). Sua divulgação foi feita por meio da Rede@limenta do MDS e aos usuários cadastrados na Rede Ideias na Mesa, ou seja, pessoas que não tem contato com estes canais acabam por não saber do curso.

Outra iniciativa do MDS, em parceria com a Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP), da Fundação Osvaldo Cruz (Fiocruz), lançou em janeiro de 2015 um edital para seleção de alunos para participar do curso de ensino à distância “Educação Alimentar e Nutricional no Programa Bolsa Família”, com o objetivo de capacitar gestores/profissionais que atuam no programa a nível municipal e estadual, nas áreas de Assistência Social, Saúde e Educação, visando ações intersetoriais. Inicialmente, o curso previa a participação de três profissionais de nível superior ou médio de cada município/estado que atuam no âmbito do PBF, sendo uma de cada área citada, com oferta de 700 vagas. O que se observou foi que, na prática, muitos municípios inscreveram apenas uma pessoa e houveram apenas 455 indivíduos selecionados a participar. O curso, inicialmente previsto para iniciar no dia 11 de maio de 2015, está com data de início suspensa por tempo indeterminado (FIOCRUZ, 2015).



#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, verifica-se que a EAN configura-se em importante estratégia para promoção da saúde e que vem sendo incluída em políticas públicas brasileiras de diversas áreas. No campo da assistência social, ações educativas para este fim podem e devem ser trabalhadas nos serviços socioassistenciais, uma vez que estes se configuram em espaços para consecução de direitos dos indivíduos.

A publicação de orientações para execução das ações de EAN é de fundamental importância para auxiliar os profissionais em sua atuação junto à população. Porém, também se torna fundamental que as mesmas tenham uma fundamentação teórico-metodológica clara e concisa, visando ações que, de fato, permitam a mudança voluntária do comportamento alimentar.

Os Cadernos orientadores para os serviços socioassistenciais deixam lacunas sobre por quem, quando e como as ações de EAN devem ser realizadas, não sendo efetivos na consecução de seus objetivos. Necessitam de melhor adequação da formatação, embasamento teórico e metodológico, e esclarecimento sobre a responsabilidade pela execução.

A não indicação do profissional responsável pela execução das ações cria precedência para que ninguém tome para si esta tarefa e/ou para que profissionais não habilitados realizem as ações da forma que entenderem adequada, o que pressupõe ações sem eficácia.

A inserção do nutricionista nos serviços socioassistenciais, enquanto profissional legalmente habilitado para a execução da EAN, facilitaria a inclusão do tema nas ações dos serviços, desde que este profissional também tenha bases teórico-metodológicas bem definidas e receba condições adequadas ao exercício de seu trabalho. Destaca-se também a importância da inclusão do SUAS nas diretrizes curriculares dos cursos de graduação em Nutrição, bem como de melhor embasamento para a consecução de ações de EAN na prática cotidiana.

Sobre os cursos de capacitação, estes são importantes para qualificar os profissionais na sua atuação. Porém, torna-se necessário que seja definido qual o profissional alvo do curso, pois o conteúdo desenvolvido é o mesmo para todos,

podendo gerar compreensões divergentes. Os dois cursos citados deixam aberto para que qualquer profissional de nível médio ou superior atuante no setor de assistência social faça o curso. Além da adequação dos conteúdos e público-alvo, também se faz necessária uma maior divulgação de tais cursos para que todos os envolvidos tenham acesso e obtenha o conhecimento mínimo para a execução de ações voltadas a Educação Alimentar e Nutricional.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – ANVISA. Rotulagem nutricional obrigatória: manual de orientação às indústrias de alimentos. 2ª versão. Brasília: Ministério da Saúde, Anvisa, Universidade de Brasília, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023 - Informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002. 24 p.

BAYER, S. R. **Educação Nutricional em Centros de Referência em Assistência Social**. 2012. 40 f. Monografia (Especialização em Gestão em Saúde) – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

BENDINO, N. I.; POPOLIM, W. D.; OLIVEIRA, C. R. A. Avaliação do conhecimento e dificuldades de consumidores frequentadores de supermercado convencional em relação à rotulagem de alimentos e informação nutricional. **J Health Sci Inst.**, São Paulo, v. 30, n.3, p. 261-265, 2012.

BOOG, M. C. F. Educação nutricional: passado, presente, futuro. **Rev. Nutr. PUCAMP**, Campinas, v. 10, n. 1, p. 5-19, jan./jun., 1997.

\_\_\_\_\_. Educação nutricional em serviços públicos de saúde. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 15, sup. 2, p. 139-147, 1999.

\_\_\_\_\_. Contribuições da Educação Nutricional à Construção da Segurança Alimentar. **Saúde Rev.**, Piracicaba, v. 6, n. 13, p. 17-23, 2004.

\_\_\_\_\_. Atuação do nutricionista em saúde pública na promoção da alimentação saudável. **Rev. Ciênc. Saúde**, Porto Alegre, v. 1, n.1, p. 33-42, jan./jun., 2008.

BRASIL. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 05 de outubro de 1988. Seção 1, p. 1.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.234, de 17 de setembro de 1991. Regulamenta a profissão de nutricionista e determina outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 de setembro de 1991. Seção 1, p. 19909.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 08/12/1993. Seção 1, p. 18769.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES nº 5 de 7 de novembro de 2001. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de novembro de 2001. Seção 1, p. 39.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Norma operacional básica da Assistência Social - NOB/SUAS. Brasília, 2005a.

\_\_\_\_\_. Conselho Federal de Nutricionistas. Resolução nº 380 de 28 de dezembro de 2005. Dispõe sobre a definição das áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições, estabelece padrões numéricos de referência, por área de atuação, e dá outras providências. Brasília, DF, Diário Oficial da União, 28 de dezembro de 2005b.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Norma operacional básica de recursos humanos do SUAS - NOB-RH/SUAS. Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Série B. Textos Básicos de Saúde, Brasília, 2ª ed. Revisada, 2007.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do programa dinheiro direto na escola aos alunos da educação básica, altera a Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 de junho de 2009a. Seção 1, p. 2.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 109 de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 de novembro de 2009b. Seção 1, p.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde. Série B. Textos Básicos de Saúde, 3ª edição. Brasília, 2010a.

\_\_\_\_\_. Decreto Nº 7272 de 25 de agosto de 2010. Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 de agosto de 2010b. Seção 1, p. 6.

\_\_\_\_\_. Emenda Constitucional nº 64 de 4 de fevereiro de 2010. Altera o artigo 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 05 de fevereiro de 2010c. Seção 1, p. 1.

\_\_\_\_\_. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN). Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015 – PlanSAN. Brasília, 2011a.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) no Brasil, 2011-2022. Série B. Textos Básicos de Saúde. Brasília, 2011b.

\_\_\_\_\_. Lei 12.435 de 6 de julho de 2011. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 07 de julho de 2011c, Seção 1, p. 1.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Série B. Textos Básicos de Saúde, Brasília, 2012a.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. Brasília: 2012b.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Caderno Teórico – Educação Alimentar e Nutricional: o Direito Humano a Alimentação Adequada e o fortalecimento de vínculos familiares nos serviços socioassistenciais. Brasília: 2014a.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Caderno de Atividades – Educação Alimentar e Nutricional: o Direito Humano a Alimentação Adequada e o fortalecimento de vínculos familiares nos serviços socioassistenciais. Brasília: 2014b.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia Alimentar para a População Brasileira. 2ª ed. Brasília, 2014c.

BURITY, V. et al. **Direito Humano à Alimentação Adequada no Contexto da Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília, DF: ABRANDH, 2010. 204p.

CASTRO, I. R. R.; CASTRO, L. M. C; GUGELMIM, S. A. Ações educativas, programas e políticas envolvidos nas mudanças alimentares. In: DIEZ-GARCIA, R. W.; CERVATO-MANCUSO, A. M. **Mudanças alimentares e educação alimentar e nutricional**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2011. p. 18-34.

CASTRO, C. M.; PELIANO, M. N. Novos alimentos, velhos hábitos e o espaço para ações educativas. In: CASTRO, C. M.; COIMBRA, M. **O problema alimentar no Brasil**. São Paulo: ALMED, 1985. p.195-213.

CONTENTO, I. R. **Nutrition Education: Linking Theory, Research and Practice**. 2 ed. Sudbury: Jones & Bartlett Publishers, 2011. 444 p.

FERREIRA, V. A.; MAGALHÃES R. Nutrição e promoção da saúde: perspectivas atuais. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 7, p. 1674-1681, jul., 2007.

FIOCRUZ. Curso Educação Alimentar e Nutricional no Programa Bolsa Família. Disponível em: <http://www.ead.fiocruz.br/downloads/edital1720v29.pdf>. Acesso em: 26 mai. 2015.

FRANCO, A. C; BOOG, M. C. F. Relação teoria-prática no ensino de educação nutricional. **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 10, n.1, p. 5-19, 2007.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GARCÍA, R. A. M.; DÍEZ, F. J. F. Publicidad y alimentación: influencia de los anuncios gráficos en las pautas alimentarias de infancia y adolescência. **Nutrición Hospitalaria**, Espanha, v. 24, n. 3, p. 318-325, 2009.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa – tipos fundamentais. **Rev. Adm. Empresas**, São Paulo, v.35, n. 3, p. 20-29, mai./jun. 1995.

HELMAN, C. G. **Cultura, saúde e doença**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 432p.

HENRIQUES, P. et al. Regulamentação da propaganda de alimentos infantis como estratégia para a promoção da saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 481-490, 2012.

IDEIAS NA MESA. Curso: Educação Alimentar e Nutricional: Uma estratégia para promover o Direito Humano a Alimentação Adequada nos serviços socioassistenciais. Disponível em: <http://www.ideiasnamesa.unb.br/index.php?r=curso/view&id=8>. Acesso em: 26 mai. 2015.

LIMA, E. S.; OLIVEIRA, C. S.; GOMES, M. C. R. Educação nutricional: da ignorância alimentar à representação social na pós graduação do Rio de Janeiro (1980-1998). **Hist., Ciênc., Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.10, n.2, p. 603-635, 2003.

MACHADO, S. S. et al. Comportamento dos consumidores com relação à leitura de rótulos de produtos alimentícios. **Alim. Nutr.**, Araraquara, v. 17, n. 1, p. 97-103, jan./mar., 2006.

MARINS, B. R.; JACOB, S. C.; PERES, F. Avaliação qualitativa do hábito de leitura e entendimento: recepção das informações de produtos alimentícios. **Ciênc. Tecnol. Aliment.**, Campinas, v. 28, n. 3, p. 579-585, jul./set., 2008.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12 ed. São Paulo: Hucitec, 2010. 407p.

MOURA, N. C. Influência da mídia no comportamento alimentar de crianças e adolescentes. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 17, n. 1, p. 113-122, 2010.

PIOVESAN, E.; MIRANDA, T. Aprovado projeto que dispensa símbolo da transgenia em rótulos de produtos. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/CONSUMIDOR/486822->

[APROVADO-PROJETO-QUE-DISPENSA-SIMBOLO-DA-TRANSGENIA-EM-ROTULOS-DE-PRODUTOS.html](#) . Acesso em: 24 mai. 2015.

PROJETO FOME ZERO. Uma proposta política de segurança alimentar para o Brasil. Instituto Cidadania, São Paulo, 2001.

RECINE, E. et al. A formação em saúde pública nos cursos de graduação de nutrição no Brasil. **Rev. Nutri.**, Campinas, v. 25, n.1, p. 21-33, jan./fev., 2012.

SANTOS, L. A. S. Educação Alimentar e Nutricional no contexto da promoção de práticas alimentares saudáveis. **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 18, n. 5, p. 681-692, set./out., 2005.

\_\_\_\_\_. O fazer educação alimentar e nutricional: algumas contribuições para reflexão. **Cienc. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 453-462, 2012.

SEMZEZEM, P. **A segurança da acolhida e as suas compreensões no serviço de proteção social básica**. 2012. 169f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

SILVA, L. R. C. et al. Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE, 9., 2009, Curitiba. Anais eletrônicos... Curitiba: PUCPR, 2009. Disponível em: [http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/trabalhos\\_10.html](http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/trabalhos_10.html). Acesso em: 23 nov. 2014.

SILVA, N. F. Guia para elaboração de referências bibliográficas: fontes impressas e eletrônicas. Divinópolis, 2012. Disponível em: <http://www.funedi.edu.br/files/GuiaReferenciaBibliografica2012.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2015.

SOARES, M. C. S. Reflexões e orientações sobre a produção de textos científicos. **Rev. Univap**, São José dos Campos, v. 17, n. 30, p. 81-99, 2011.

SOARES, N. T.; AGUIAR, A. C. Diretrizes curriculares nacionais para os cursos de nutrição: avanços, lacunas, ambiguidades e perspectivas. **Rev. Nutri.**, Campinas, v. 23, n. 5, p. 895-905, set./out., 2010.

WANDERLEY, E. N.; FERREIRA, V. A. Obesidade: uma perspectiva plural. **Cienc. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.15, n.1, p. 185-194, 2010.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Global strategy on diet, physical activity and health. WHO: Geneva, 2004.

\_\_\_\_\_. Milestones in Health Promotion: Statements from Global Conferences. WHO: Geneva, 2009.

ZANCUL, M. S.; OLIVEIRA, J. E. D. Considerações sobre ações atuais de educação alimentar e nutricional para adolescentes. **Alim. Nutr.**, Araraquara, v. 18, n. 2, p. 223-227, jan./mar., 2007.